

Considerações Finais

*Althen Teixeira Filho*⁷⁷
*Lilian Terezinha Winckler*⁷⁸
*Jan Mahler*⁷⁹
*Luis Fernando Wolff*⁸⁰

As discussões realizadas no Congresso foram aqui sistematizadas, buscando registrar as importantes contribuições ocorridas durante o mesmo, a fim de disponibilizá-las para o público, permitindo que sirvam de subsídio a discussões, pesquisas e políticas públicas visando à conservação desse bioma. Para isso, foram elencados os impactos sofridos no bioma e que foram debatidos durante o evento, e após, apontadas algumas potencialidades.

IMPACTOS NO BIOMA PAMPA:

O Pampa é o segundo bioma mais degradado no Brasil, só não estando mais deteriorado que o Bioma Mata Atlântica.

Há desrespeito à biodiversidade, à pluralidade e heterogeneidade e uma destruição cujas consequências desencadeiam novas desestruturações e impactos sobre a natureza e o homem.

77. Prof. diretor do Instituto de Biologia da UFPEL.

78. Pesquisadora Embrapa Clima Temperado.

79. Pesquisador Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.

80. Pesquisador Embrapa Clima Temperado.

Por um lado, no campo, tem-se extensos monocultivos transgênicos e o seu indissociável vínculo com venenos (agrotóxicos, biocidas), lavouras de árvores (eucaliptos, acácias e pinus), arenizações pelo uso inadequado da terra e processos minerários nocivos. Por outro, surgem as cidades, que ao não promoverem a seleção e a reciclagem de lixo, contaminam seus próprios mananciais hídricos, lançam intensa poluição no ar, entre outros. Por fim, em ambos há o desrespeito às Constituições Federal/Estadual e seus regramentos infraconstitucionais, e tudo isso vem arruinando a própria qualidade de vida do pampeano – tanto do campo quanto da cidade.

Um rápido esmiuçar dos problemas acima indica que o incremento avassalador de monocultivos de grãos transgênicos (soja, milho) tem preocupado produtores e seus sindicatos, que desenvolvem ações voltadas para a pecuária, vitivinicultura ou outras culturas. A troca de campos adequados para criação de gado, assim como a experiência dos longos aprendizados das “lides campeiras”, está sendo bastante prejudicada por conta de uma produção que tem mais relação com a bolsa de Chicago do que com as peculiaridades, necessidades, características e aptidões do Bioma Pampa.

Nossa cultura e a identificação típica do gaúcho sobre o cavalo cuidando dos seus rebanhos vêm sofrendo forte impacto e transformação, num câmbio para uma agricultura mecanizada, de veneno, de desemprego e afastamento do homem do campo e no campo. Os próprios agricultores, há muito, citam a ausência da mão de obra qualificada, assim como o desaparecimento do próprio trabalhador.

Para além, aumenta a percepção da população de que os grãos transgênicos também incorporam disfunções, sendo fontes de problemas de saúde para a espécie humana e animal.

A França está entre os vários países europeus que, há tempos, lança alertas e se posta contra esses monocultivos e, em 2014, proibiu definitivamente o uso do milho transgênico da empresa Monsanto (MON810). Alemanha, Espanha e Hungria também estão entre as nações que proíbem tais lavouras, sendo que a última

tomou a iniciativa de queimar muitas de suas plantações com esses grãos.

Não bastasse, desde 2009 o Brasil adquiriu o vexatório reconhecimento de maior consumidor de venenos agrícolas do mundo e, nessa esteira, o noroeste gaúcho foi arrastado para o posto de campeão nacional na aplicação desses agrotóxicos, de acordo com estudo do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo, elaborado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, está sendo observado, nessa região, um incremento expressivo de casos de cânceres, comprovadamente relacionados ao uso de tais biocidas. Ainda que os dados emitidos por órgãos governamentais indiquem o uso de grandes quantidades desses venenos, essa fonte de informação desconsidera os que são trazidos, em volumes não conhecidos, de países fronteiriços, fato que piora a situação do Bioma Pampa.

Entretanto, não só as imensas áreas desses cultivos de grãos foram identificadas como problemáticas, como também as lavouras de espécies exóticas para a silvicultura. Erroneamente nominadas de “reflorestamentos”, esses monocultivos têm sido extremamente danosos para o Pampa, também ocasionando, em grande escala, o afastamento do homem no campo e do campo, tendo em vista a grande aquisição de terras por grandes conglomerados empresariais nacionais e internacionais. Os monocultivos ainda transformam a paisagem, tornando-a monótona.

Durante os debates, alguns fatores surgiram de forma intensa, listados abaixo, mas não em ordem de importância.

O primeiro fator foi a circunstância em que tais lavouras foram situadas, e em grandes proporções, em solos com afinidade, fertilidade e recomendados para a produção de alimentos.

O segundo surgiu da preocupação com os danos ambientais que a liberação dos novos eucaliptos transgênicos, produzidos pela paulista Suzano Papel e Celulose, poderão ocasionar na natureza.

Um deles, muito importante, será sobre a indústria melífera, já que as abelhas têm afinidade com as florações dessas árvores, o que ocasionaria a presença de traços de transgenia no mel, ocasionando a perda de uma importante parcela de mercado no

continente europeu. Sobre esse assunto, ficou registrado que o grande uso de agrotóxicos e transgênicos são fatores que levam ao desaparecimento de abelhas, novamente promovendo outro forte impacto na decrescente indústria melífera.

O terceiro foi a permissividade com que alguns órgãos de estado tratam o tema da silvicultura. Como exemplo, foram citadas as várias lavouras de eucaliptos, plantadas sem a apresentação prévia do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Também o Executivo e, especificamente, a Sema foram citados pelo não acompanhamento de cumprimento das várias obrigações contratuais, assim como pela não fiscalização ou acompanhamento mínimo dos locais de plantios.

Também foram abordados temas sobre o solo, o qual, embora fértil, exige cuidados e atenções para que se evite o alastramento de arenizações em vários locais, surgidas pelo mau uso da terra. A fauna edáfica sofre declínio por conta da aplicação de agrotóxicos em grandes quantidades e diversos princípios ativos.

Mesmo que rapidamente, as cidades foram lembradas como fator de preocupação frente à grande poluição que produzem (diferentes tipos de lixo, como plásticos, contaminação de mananciais de água por hormônios, cosméticos e detergentes, entre outros). Sendo esse, um problema global.

Todos esses fatos relatados foram indicados como responsáveis pela desestruturação, descaracterização e degradação do solo e das paisagens pampeanas típicas, o que tem levado, por exemplo, a uma depreciação sob o aspecto turístico. Por obviedade, essas ações ainda afetam diretamente a qualidade de vida de todos os pampeanos.

Se posta em números, essa rápida degradação pode muito bem ser aferida nos dados de que, em 2002, restava-nos apenas 42,32% de vegetação nativa do nosso habitat para, em 2008, verificar-se um rebaixamento para 36,03% dessa mesma vegetação (CSR/Ibama 2010). Isso tem levado, inequivocamente, a um comprometimento do nosso desenvolvimento sustentável, com prejuízo às nossas espécies de alto valor forrageiro, com comprometimento do desenvolvimento endógeno, alimentar, ornamental, de plantas

medicinais e, não menos importante, dos serviços ecossistêmicos. Tais pontos são fundamentais para as populações das diferentes regiões desse território, assim como para a agricultura e pecuária.

Nesse sentido, “projetos de desenvolvimento” só serão eficientes e lógicos se incorporarem no seu ideário e propostas o óbvio estímulo de uso de espécies endógenas e respeito a todas essas variáveis.

POTENCIALIDADES A SEREM EXPLORADAS

Durante o Congresso, ficou claro para todos que, além de ser desconsiderado, o Bioma Pampa sofre, de forma inaceitável, um processo exploratório atabalhado e degradante, voltado fundamentalmente para o benefício de grandes empresas e interesses particulares.

É fundamental que se reverta esse quadro e se reorganizem as trilhas de real avanço e desenvolvimento.

Para que se organize e favoreça esse tema importantíssimo, ele será distribuído em tópicos.

O primeiro, e mais importante, seria a valorização da agricultura familiar, tratando-a como elemento fundamental na proteção e conservação pampeana. Entretanto, ficou claro nos debates realizados que essa “agricultura familiar” defendida se formata longe de transgênicos e agrotóxicos. Ela deve ser desenvolvida com respeito às características endógenas de cada região, atitude que irá beneficiar o produto obtido tanto em quantidade, diversidade e qualidade. Essa deve ser desenvolvida como forma de convivência harmônica entre natureza e homem, em que a preservação e respeito à primeira resultem nos inúmeros benefícios e proteção que o último necessita e merece.

Em segundo lugar, foram elencados os “serviços ambientais”, ou seja, as boas práticas ecológicas produzidas pelos camponeses.

Listados, mas não em ordem de prioridade, exemplificar-se-ia, entre os vários serviços, a conservação da biodiversidade, como é o caso da manutenção da flora e fauna típicas dos nichos auxiliando no desenvolvimento e recomposição original das potencialidades pampeanas.

Também foram lembradas a conservação e proteção dos mananciais de água, quer na sua forma mais simples e reduzida em volume, os chamados “olho de água”, ou em qualquer outro tipo de vertente. As nascentes devem ser protegidas desde o pisoteio do gado até a não contaminação por qualquer poluente. Esse é um ponto que poderia ser organizado e implementado pelo poder público através de aprovação de leis que possibilitassem o estímulo a tais ações, como aprovação de leis de pagamento por serviços ambientais hídricos. Dessa forma, empresas, o próprio poder público ou outros usuários poderiam pagar por esses cuidados promovidos pelos agricultores, auxiliando na preservação dessas áreas.

Outro elemento seria a liberação de O_2 (oxigênio), a fixação de CO_2 (gás carbônico) e absorção de SO_2 (dióxido de enxofre). Embora seus níveis sejam dificilmente percebidos, a correta atuação campestre é fundamental na manutenção dos níveis saudáveis desses químicos.

A correta produção animal (diferentes tipos de gado, avicultura, outras) fazem da pecuária não só um sustentáculo do Pampa, mas representam um forte fator cultural do gaúcho. É importante salientar que deve ser aplicado o manejo correto, com vistas a uma produção que não provoque degradação do solo. De forma geral, pode-se afirmar que o agropecuarista, ao aplicar um bom manejo, correta fiscalização e estando voltado para oferecer os serviços ambientais, também é um elemento importantíssimo na conservação e fiscalização do Pampa.

O controle da erosão, além de ser enfrentado rapidamente, deve ser analisado e ter a sua origem identificada, como forma de evitar seu alastramento, recuperando o potencial dessas áreas degradadas.

O terceiro ponto lembrado foi o turismo rural, seja no desfrute das inúmeras e variadas belezas pampeanas ou na disseminação da cultura gaúcha.

Como citado inicialmente na caracterização do Bioma Pampa, tem-se aqui desde campos litorâneos, serras, areais, espinhos, florestas ripárias, áreas úmidas, até os campos do planalto. Tendo

em vista tais características e diversidades, cada uma dessas regiões amplia e pluraliza em incontáveis belezas cênicas as possibilidades de passeios e programas.

Desde o desfrute oferecido em pequenas propriedades (com banhos em riachos, acampamentos, caminhadas em trilhas, escadadas, locais para saboreio de churrasqueadas e receitas caseiras típicas de acordo com a colonização, degustação de vinhos e outros), até a estada em pousadas e hotéis (com iguais oportunidades), o Pampa dissemina diversas oportunidades de apreciação da natureza.

Outra atividade ecoturística elencada foi a ornitologia, já que a observação de pássaros pode significar uma atividade prazerosa, como também auxiliar no acompanhamento da densidade populacional (maior ou menor) das populações de aves. Pessoas interessadas nessa ocupação deslocam-se desde municípios muito próximos a longínquos países, indo disseminar as boas impressões aqui desfrutadas.

O quarto ponto aludido foi o vislumbre de entornos de Unidades de Conservação (UCs) como locais de maior estado de conservação e, com isso, potencialidades de produção limpa e natural e com possibilidade de diferenciação dos produtos. Indica-se trabalhar também a gestão e estímulo para a orientação de manejo e conservação das propriedades, auxiliando o agricultor familiar e formulando políticas que o estimule a proteger áreas ambientalmente importantes (rios, florestas ciliares, nascentes de água, matos, entre outros). Possíveis alternativas sustentáveis nas propriedades seriam, principalmente nas Zonas de Amortecimento das UCs: cultivos e pecuária orgânica, pesca sustentável, turismo ecológico e turismo rural, melhores práticas na silvicultura, novas culturas – pimenta rosa, butiá, araçá, por exemplo.

Entre outras iniciativas possíveis e cabíveis de desenvolvimento, foi indicada a aplicação efetiva da Reserva Legal das propriedades, incluindo a vegetação campestre, o uso sustentável da região com boas práticas, especialmente na pecuária, na produção de arroz e soja orgânica, pesca sustentável, turismo ecológico,

turismo rural. Para a silvicultura, recomendam-se práticas racionais, lógicas e que não destruam desde o solo à organização social dos agricultores.

Foi sugerida a adoção de novas culturas como a pimenta rosa, butiá e araçá, assim como a busca de selos verdes e denominação de origem, valorizando produtos e saberes locais.

O quinto e importante ponto lembrado foi o respeito ao potencial endógeno das regiões do Pampa, promovendo-se o desenvolvimento territorial, mediante a valorização de recursos locais.

Sobre esse tópico, ocorreu fala específica a respeito do excelente resultado obtido na região denominada de Território Alto Camaquã. Foi informado, entre os vários resultados positivos, sobre o empoderamento de agricultores familiares, a valorização dos seus produtos (inclusive em níveis internacionais) e o qualificar de territórios. Foi lembrado que “mercados” são relações entre pessoas e, portanto, passíveis de construção e aprimoramento, exatamente como acontece naquela região.

O sexto, mas não menos importante, foi o destaque da atuação dos poderes do estado (Executivo, Legislativo e Judiciário).

No próprio Legislativo gaúcho, que deveria ser uma das principais salvaguardas da região e incentivadora do desenvolvimento, deputados têm alterado leis, desconsiderando a relação e adequação às características pampeanas, respeito ao agricultor familiar, proteção da natureza, incremento de arrecadação tributária ou benefício à população do campo ou da cidade. A tentativa de extinção de instituições como a Fundação Zoobotânica, Fepagro e outras, todas entidades voltadas para a defesa e desenvolvimento científico e cultural, que poderiam auxiliar na conservação e desenvolvimento sustentável, trazendo maiores informações regionais, são exemplos desse descompasso.

Foi citado o desconhecimento de qualquer projeto ou programa que valorize pessoas ou regiões do Pampa.

Também foi proposto o incremento de representatividade do Bioma Pampa no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), além da expansão para bem além dos atuais 3,3% nas “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição

de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, já que tão somente 2,4% são de uso sustentável e 0,9% de proteção integral. O que se recomenda é o alcançar das metas internacionais de conservação.

Para a silvicultura foram exigidas melhores práticas agrícolas, quando Sema e Fepam atuem na fiscalização das áreas plantadas e dos contratos firmados, a maioria sem qualquer acompanhamento.

A possibilidade de discussão de tantas visões diferenciadas do Bioma nesse evento foi muito enriquecedora, e a expectativa de continuidade de oportunidades de reunião desses diferentes saberes faz com que este material seja finalizado, oportunizando a agregação de informações e iniciativas para a conservação do nosso Pampa.